

Diário do Legislativo de 09/06/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 34ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 35ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/6/2009

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Jayro Lessa; questão de ordem; discurso do Deputado André Quintão; votação do requerimento; aprovação; solicitação de verificação de votação; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; retirada da solicitação de verificação de votação; prejudicialidade do requerimento do Deputado André Quintão - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007; votação do Substitutivo nº 2, salvo emendas e subemendas; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; votação das Emendas nºs 3 e 4 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 e 5; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 e 5; votação da Emenda nº 2; rejeição; declarações de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008; discurso do Deputado Weliton Prado; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; declarações de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 3.186/2009, que recebeu substitutivos e emendas na ordinária realizada hoje, à tarde, e foi devolvido à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Jayro Lessa, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.771/2008 seja apreciado em último lugar.

Questão de Ordem

O Deputado André Quintão - É até uma questão de ordem. Havia um requerimento anterior deste Deputado, solicitando que se colocasse o Projeto de Lei nº 2.771/2008 em primeiro lugar na votação. Então, gostaria de saber qual foi o problema, para saber se encaminharei ou não a votação.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado André Quintão que o requerimento de inversão de pauta incide sobre as proposições apenas na reunião em que é apresentado. O requerimento do Deputado Jayro Lessa foi protocolado para esta reunião das 20 horas. Com palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, vamos discutir o requerimento. Comunico à Bancada do PT que há um requerimento do Deputado Jayro Lessa solicitando seja o Projeto de Lei nº 2.771/2008 passado para o último lugar na pauta. Então, já estou encaminhando contrariamente a esse requerimento e direi o porquê.

A explicação regimental não me convenceu muito, mas vou atendê-la. Depois, tomarei conhecimento dos artigos do Regimento, para o que peço ajuda à nossa competente assessoria.

Entrando no conteúdo, que é o mais importante, o Projeto de Lei nº 2.771/2008 altera alguns dispositivos do Código Florestal. Basicamente, o que defendemos, nesse projeto do Executivo, são aqueles artigos que limitam a utilização de mata nativa como insumo energético, ou seja, não queremos que o pouco que resta da nossa mata atlântica, do nosso cerrado, das nossas madeiras de lei vire lenha para altos-fornos e seja consumido pela indústria siderúrgica. É fundamental preservar a nossa mata atlântica. Infelizmente, o relatório da semana passada mostra que Minas Gerais é o campeão de desmatamento da mata atlântica no País - medalha de ouro, Deputado Carlin Moura. O Governador Aécio Neves solicitou à Assembleia Legislativa a agilização da votação do Projeto de Lei nº 2.771/2008, visando à criação de mecanismos que contenham ou reduzam esse desmatamento. Penso que, se a legislação hoje existente, se os mecanismos de fiscalização tivessem um pouco mais de eficácia, poderiam também reduzir esse desmatamento. Mas não vou entrar em detalhes, pois se trata de uma discussão mais ampla, que merece análise não só do atual governo como também dos anteriores.

O projeto do Governador busca, em certa medida, limitar esse desmatamento de maneira gradual. Ele foi objeto de substitutivo que será apresentado na Comissão de Meio Ambiente pelo nobre e atuante Deputado Fábio Avelar e trata de questões pertinentes ao controle e fiscalização das florestas plantadas. Há uma polêmica, instalada no interior do governo, e acho absolutamente normal que polêmicas se instalem em governos, em parlamentos, em associações, pois isso é democracia e ocorre também no governo federal. Mas não podemos concordar com o fato de que, muitas vezes, uma polêmica que ocorre no governo influencie a tramitação de um projeto na Assembleia.

É bom deixar claro para a opinião pública que o Bloco PT-PCdoB quer votar o Projeto nº 2.771. Não foi por outro motivo que este Deputado, com o Deputado Padre João, em nome do Bloco PT-PCdoB, apresentou requerimento solicitando, primeiramente, urgência na tramitação do projeto. Segundo orientação da assessoria da Casa, tratando-se de projeto relacionado a código - Código Florestal -, não lhe cabe urgência. Assim, não cabendo urgência, verificamos que o projeto havia perdido o prazo. Quando um projeto perde o prazo, o caminho natural é que venha a Plenário, com base em requerimento. Apresentamos o requerimento, que foi aprovado sem questionamento em Plenário. O Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, com sua sensibilidade costumeira e atendendo aos apelos do Governador, colocou o projeto em pauta para ser votado.

Assim agimos não só porque o Governador fez um apelo - aliás ele tem todo o direito a isso, até porque ele deve, de fato, estar preocupado com a limitação desse índice de desmatamento -, mas também porque consideramos que esse é um bom projeto e que ele, de fato, reduzirá a utilização de mata nativa. O substitutivo melhorou - e muito - o projeto, prevendo, por exemplo, o rastreamento eletrônico, que é muito importante para saber quem está burlando a lei. Esse projeto tem uma dimensão tão grande que entramos com requerimento para colocá-lo com antecedência na pauta. Até pensei que o requerimento seria votado, pois parece que foi apresentado para as reuniões ordinária e extraordinária. Gostaria que o Carlão, assessor da nossa Bancada, esclarecesse esta dúvida: se o nosso requerimento foi apresentado posteriormente a um requerimento solicitando que o projeto fosse votado em último lugar. Parece que o nosso requerimento não foi apreciado. Não entrarei na questão regimental. Foi para a reunião de hoje. Entendo que ele teria de ser votado. Já que não pode ser votado, estamos analisando o requerimento do Deputado Jayro Lessa em que solicita seja o projeto votado em último lugar. Estamos solicitando que seja votado em primeiro lugar. Então, quero deixar claro que estou pedindo o voto da base do governo para se colocar o projeto para ser votado em primeiro lugar, a fim de atender a uma solicitação do Governador. Pode parecer estranho um Deputado do PT pedir apoio do Líder do Governo para encaminhar essa questão em Plenário. Estamos mobilizando a base para atender ao pedido do Governador para agilizarmos a votação do

projeto. Votar em primeiro lugar não significa que o projeto não possa ser alterado. Poderá, sim. Se houver uma emenda, o projeto voltará para as comissões e poderá ser mais discutido.

Para finalizar, gostaria de fazer um apelo aos Deputados e às Deputadas, pois isso ficou muito mal para a Assembleia. Da forma como foi exposto, parece que esta Casa tem responsabilidade pela sua morosidade, por um problema interno, de compreensão do governo, e repito: é natural que haja. No governo federal, também há, em questões até parecidas, mas a Assembleia não pode carregar esse ônus. Então gostaria de agilizar a votação desse projeto, solicitando que seja votado em primeiro lugar. Para tanto, peço a ajuda do Deputado Mauri Torres, Líder do Governo, para que o PT, o PSDB e o PCdoB possam atender o apelo do governo e votar esse projeto em 1º turno, nesta reunião extraordinária.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

Questão de Ordem

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, solicito a suspensão da reunião por alguns minutos para entendimento das Lideranças.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, fica clara na votação a posição do PT e do PCdoB e de outros Deputados: queremos votar o Projeto de Lei nº 2.771/2008. O requerimento do Deputado Jayro Lessa, aprovado, coloca o projeto em último lugar na votação. Mas, para não prejudicar a votação de projetos de Deputados, incluindo-se um projeto importante do Deputado Wander Borges, retiro o pedido de verificação de votação.

O Sr. Presidente - Com a aprovação do requerimento do Deputado Jayro Lessa, fica prejudicado o requerimento do Deputado André Quintão em que solicita a inversão da pauta desta reunião para que o Projeto de Lei nº 2.771/2008 seja apreciado em primeiro lugar.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.723/2007, do Deputado Wander Borges, que estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, pela rejeição da Emenda nº 2, e pela aprovação das Emendas nºs 1 e 5, na forma das Subemendas nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, as Emendas nºs 3 e 4 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 e 5. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Aprovadas. Com a aprovação das subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 5. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)
Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.723/2007 na forma do Substitutivo nº 2, com as Emendas nºs 3 e 4 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 e 5. À Comissão de Assuntos Municipais.

Declarações de Voto

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Wander Borges. Também trabalhamos nesse projeto de lei devido à sua relevância. O Presidente Lula deu garantia de construção de 1 milhão de moradias. Sabemos que o déficit habitacional no Brasil é grande, mas ele tomou essa decisão em plena crise para preservar os empregos e os avanços na construção civil. O que esperamos é que a Sedru, que tem à frente o nobre colega Deputado Dilzon Melo, possa, com amparo nesse projeto, avançar na política habitacional de interesse social. Sabemos que essa política habitacional poderá atender tanto ao homem urbano como ao homem rural, além dos pobres, aqueles que de fato não podem contrair empréstimos e construir a sua moradia. Ter casa própria é o grande sonho das pessoas, é o que garante de fato dignidade ao ser humano. Basta lembrarmos: quando alguém ganha dinheiro, seja em programa de televisão, seja em sorteio, e é questionado sobre o que fará, a resposta imediata que surge é a compra da casa própria. Esse é o sonho de quem quer sair do aluguel, a pior chaga da sociedade. Quem tem três, quatro imóveis alugados explora sobretudo os mais pobres. A ausência de política habitacional é que leva uma pessoa a pagar a vida inteira um bem que nunca será seu. No programa habitacional, o cidadão pagará uma prestação pequena, de R\$40,00, R\$50,00, sobre um imóvel que será seu. No aluguel, isso nunca ocorrerá. Cumprimento o Deputado Wander Borges, que, em sintonia com o governo federal, permite que o Estado de Minas Gerais tenha de fato uma política habitacional de interesse social. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de manifestar minha alegria por aprovarmos esse projeto na noite de hoje. Tive a grata satisfação de ser Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e também relator do projeto, que é muito importante. O nosso parecer foi favorável. Fizemos algumas alterações, apresentamos um substitutivo. Parabenizamos o Deputado Wander Borges, que investiu na promoção da sustentabilidade ambiental, da cidadania, da inclusão social. Foram priorizados os planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda; a garantia da participação dos beneficiários; a redução do custo de produção das moradias de interesse social sem prejuízo de sua qualidade; a utilização de incentivo ao aproveitamento das áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana; a promoção de parcerias com instituições acadêmicas públicas ou privadas; a utilização de terrenos de propriedade do poder público para a implementação de projetos de habitação social; a sustentabilidade econômico-financeira e social dos programas e dos projetos implementados e o incentivo à criação de sistemas municipais de habitação de interesse social. Outros objetivos da política de habitação passam a integrar, a articular e a mobilizar os diferentes níveis de governo: a participação dos governos estadual, federal e municipal; fontes de recursos de modo a potencializar a capacidade de investimentos e viabilizar os recursos para a sustentabilidade do programa de habitação popular; universalizar o acesso à moradia digna levando em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema financeiro a capacidade operacional do setor produtivo, da construção e dos agentes envolvidos na implementação do programa; fortalecer o papel - e é fundamental - do Estado na gestão da política e na regulação dos agentes privados; promover a urbanização, a regularização e a inserção dos assentamentos que hoje estão em situação precária na cidade; ampliar a produtividade e melhorar a qualidade da produção habitacional; e estimular a geração de emprego e renda. Quais os instrumentos para viabilizar essa lei? O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social deverá identificar as prioridades estaduais de intervenção, os programas habitacionais a serem implementados, as linhas de financiamento, as fontes de recursos e o modo de produção habitacional a serem adotados, bem como estabelecer objetivo, metas físico-financeiras. Isso depende da questão financeira de médio e longo prazos, de linhas programáticas e instrumentos que permitam o acompanhamento da implementação do Plano em função da

obtenção dos resultados, de programas governamentais de habitação de interesse social com foco na integração urbana de assentamentos caracterizados por irregularidade fundiária e urbanísticas. E especialmente que garantam o acesso ao saneamento. Com isso corrigiríamos muitas das injustiças que aconteceram em grande parte dos Municípios mineiros. Fazem um conjunto habitacional, mas não há saneamento, escola, creche nem infraestrutura alguma. O projeto regulamenta e regulariza a questão fundiária, a moradia adequada e articula outras políticas sociais de desenvolvimento econômico, visando principalmente ao combate à pobreza e à perspectiva de sustentabilidade urbana. Enfim, a implementação da política de que trata essa lei observará as diretrizes e os mecanismos de incentivo, adesão e apoio institucional. É realmente um projeto muito importante. Parabenizamos, mais uma vez, o Deputado Wander Borges e também a Deputada Cecília Ferramenta, que nos ajudou nesse projeto, agora como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais. Ela foi também relatora do projeto quando este voltou à Comissão. Fico realmente muito feliz de ter tido a oportunidade de ser o Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e o relator do projeto de lei que garante a criação e estabelece a Política Estadual Habitacional de Interesse Social. Parabênizos, mais uma vez, o Deputado Wander Borges e os Deputados e as Deputadas da Casa.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, serei rápido. Quero apenas dizer da nossa alegria de ter a oportunidade de votar esse projeto. A noite hoje é realmente muito importante, porque dois projetos fundamentais estão sendo votados. Há o projeto que cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Tivemos oportunidade de estar na Conferência Estadual, onde também estavam os Deputados Carlin Moura, Maria Tereza Lara e Gláucia Brandão. Agora corooamos isto com a aprovação do projeto, que é realmente muito importante, porque dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero também reafirmar a importância desse projeto. Desde a outra legislatura, temos participado dessa discussão com movimentos sociais de promoção da igualdade racial. Agora esse projeto cria o Conselho por lei, o que até hoje não foi possível. Além disso, é um conselho paritário. É importante que a sociedade organizada participe, mas que o governo também tenha seus representantes. Participamos, como o companheiro Deputado Weliton Prado falou, da conferência estadual. Estivemos presentes com os Deputados Weliton Prado, Carlin Moura e Gláucia Brandão. Nessa conferência ocorreu uma discussão realmente muito importante com mais de mil pessoas, e de lá foram tirados delegados para a conferência nacional, que começará no dia 25 de junho. Teremos a honra de participar representando a Assembleia de Minas juntamente de outros companheiros, colegas Deputados. O Conselho é fundamental exatamente para o fortalecimento dos movimentos sociais organizados e também para que os apoiemos na conquista de seus direitos, a fim de que não haja discriminação de forma alguma, principalmente discriminação racial. Quero também dizer de público do nosso apoio a esse projeto, que não é simplesmente do governo, mas é um projeto que vem ao encontro dos movimentos sociais organizados. Na conferência até foi feito um pedido para que o projeto fosse aprovado antes da conferência nacional. Esta Casa está dando essa contribuição para a sua aprovação antes da conferência nacional, a fim de que Minas o leve como conquista do povo mineiro, sobretudo dos movimentos sociais que defendem igualdade racial. É preciso que, além de o projeto se transformar em lei, de fato o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial possa dar a sua contribuição a esse importante movimento de promoção da igualdade racial.

O Deputado Weliton Prado* - Quero agradecer e parabenizar a Deputada Maria Tereza Lara, que é uma grande militante. Hoje realmente é uma noite histórica: a criação do Conselho será um marco histórico, fruto da luta dos movimentos sociais, uma reivindicação antiga. Hoje teremos a possibilidade de aprovar o projeto. Estamos encaminhando favoravelmente à criação do Conselho e assim votaremos o PT, o PCdoB e os demais partidos. Com certeza a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial garantirá a participação, garantirá a discussão; é uma frente realmente muito importante para garantirmos igualdade racial em nosso Estado. Mais uma vez, não podia deixar de dizer da nossa alegria. Quero parabenizar o movimento, principalmente o movimento negro de todo o Estado, de todas as regiões. Vou lembrar aqui a Conceição Leal, militante histórica da cidade de Uberlândia, e parabenizá-la pelo seu empenho; a ex-Deputada Federal e hoje Prefeita de Betim, Sra. Maria do Carmo, que realizou a primeira Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Foi uma conferência belíssima, realmente maravilhosa - tive a oportunidade de estar presente e fiquei impressionado -, que contou com a participação de 700 pessoas. Quero parabenizar também o José Gomes, lá de Montes Claros; os companheiros da juventude que estão organizando o movimento negro; enfim, quero parabenizar todos e dizer que realmente esta noite é muito importante, histórica, pois teremos a possibilidade de votar a criação do Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial.

Só para finalizar, lembro que, no passado, ocorreu um verdadeiro absurdo quando o movimento abolicionista se mobilizava para acabar com a escravatura no nosso país, um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão. Houve uma grande mobilização, até de grande parte da imprensa e de setores da sociedade, que diziam que, se acabasse a escravidão no nosso país, o Brasil quebraria, afundaria. Vejam só o absurdo, a mentalidade, cujos resquícios infelizmente ainda existem até hoje. Realmente a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial é um marco muito importante, como fruto de todos aqueles movimentos que lutam, há anos e anos, há décadas, por justiça social. Então gostaria de agradecer e encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto da criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial no Estado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.177/2008 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, felicito a Casa pela aprovação do projeto que cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial em 2º turno, o que significa um grande avanço. Esta Casa deu uma grande contribuição à sociedade com a aprovação desse projeto. Como já bem disseram a ilustre Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado Weliton Prado, esse pleito é de todos os movimentos organizados em Minas Gerais, os quais se manifestaram na II Conferência Estadual da Promoção da Igualdade Racial. Penso ser fundamental que, uma vez aprovado em 2º turno, o projeto tenha agilizada sua redação final, para que o Governador do Estado possa sancioná-lo o mais breve possível. Essa será, aliás, uma grande contribuição que Minas Gerais levará para a Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Esse Conselho terá o papel fundamental de articular políticas públicas de inclusão das comunidades afro-brasileiras, indígenas e quilombolas. Será possível implementar, em Minas Gerais, política pública para essas inclusões. Nessa área, hoje Minas tem uma política muito esparsa, espalhada e fragilizada, e o Conselho cumprirá um papel fundamental: a fiscalização da sociedade civil, para que possamos proteger os territórios quilombolas, dar o tratamento necessário para a saúde dos afro-brasileiros e conscientizar a sociedade mineira sobre a importância das políticas e das cotas raciais e sociais. Fico muito satisfeito, pois a Bancada do PT-PCdoB teve um papel decisivo na tramitação desse projeto. Aliás, faço o registro do papel fundamental da Comissão de Direitos Humanos da Casa, tão bem-presidida pelo Deputado Durval Ângelo, na agilidade da tramitação do projeto. Fica aqui, portanto, o nosso registro, e parabenizo toda a comunidade afro-brasileira, indígena e quilombola de Minas Gerais pela sua mobilização e luta. Agora ficamos no aguardo de que o Governador do Estado sancione, o mais breve possível, o Projeto de Lei nº 2.177/2008.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, agradeço aos colegas. Enquanto relator, fiz as Emendas nºs 1 e 2. Uma é para garantir o acesso à terra, e a outra visa a possibilidade de se organizarem em câmaras setoriais. Temos, em Minas Gerais, vários movimentos negros, mas ainda não temos um reconhecimento maior do movimento indígena. Esse Conselho destaca tanto os afrodescendentes quanto os indígenas, embora a demanda seja diferenciada. Por isso, na Emenda nº 1, temos a abertura para eles se organizarem em câmaras setoriais. Embora estejam em

um único conselho de igualdade racial, haverá uma câmara setorial específica para a comunidade indígena e outra câmara setorial específica para abordar as demandas dos afrodescendentes. Com estudos específicos, o Conselho daria, então, o aval, e a política seria definida, mas levando em conta tanto a peculiaridade dos indígenas quanto a dos afrodescendentes. Essa foi a contribuição que pudemos dar; gostaríamos, entretanto, que essa lei fosse ainda mais avançada, com o Conselho sendo de fato deliberativo, sem precisar ser paritário, a exemplo do próprio Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea. E poderia ser, no mínimo, tripartite, ou seja, um terço da comunidade indígena, um terço da comunidade negra e um terço do poder público. Infelizmente, não conseguimos avançar como desejávamos, mas já é um grande passo o que Minas Gerais dá com a grande contribuição da Assembleia. Fica apenas o nosso apelo para a importância de os afrodescendentes serem sempre unidos e, assim, procurar reparar as injustiças desses 500 anos. Da mesma forma, faço um apelo à comunidade indígena para a importância da unidade, porque, às vezes, alguns gestores públicos ignoram a presença de indígenas em Minas. Pensam que comunidades indígenas estão no Pará, em Rondônia, em Roraima, no Amazonas. Todavia, temos aqui muitas comunidades indígenas que precisam ser respeitadas e que, de fato, têm de ser alvo de uma política específica. E tal política só será eficaz e eficiente com a atuação de um bom conselho da igualdade racial. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, parabênz, mais uma vez, esta Casa pela aprovação do Projeto nº 2.177/2009. Aproveitamos para agradecer a presença dos Deputados, na quinta e na sexta-feira passadas, em Belém do Pará, na 13ª Conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale. Na ocasião, tivemos oportunidade de concorrer à 1ª-Vice-Presidência da entidade, tendo sido o nosso nome aprovado e efetivando-se a nossa eleição como 1º-Vice-Presidente da Unale, Sr. Presidente. Além disso, conseguimos trazer para Minas Gerais, no mês de maio de 2010, a 14ª conferência anual, e num ano importante, quando debateremos vários assuntos. Não poderia, entretanto, deixar de divulgar o desagradável acontecimento que teve lugar na nossa conferência, Sr. Presidente. Discutimos a situação da saúde no Brasil e, nos próximos dias ou na próxima semana, nesta tribuna apresentaremos ao Plenário e ao povo mineiro a Carta de Belém contendo decisões oriundas daquele congresso. Como dizia, não poderia deixar de fazer menção à triste ausência do ex-Ministro da Saúde, o Governador de São Paulo. Foi-lhe feito convite para proferir palestra na sexta-feira passada para mais de 600 Deputados que o aguardavam. Naquele mesmo dia, às 15 horas, o Governador Serra comunicou pelo telefone à assessoria da Unale a sua ausência - foi uma falta de respeito muito grande -, alegando problema de tendinite, de doença, etc. Fico até meio preocupado. Esse negócio de candidatura à Presidência da República está danado. A Ministra Dilma divulgou o problema dela. O Serra divulga sua candidatura à Presidência, mas fala também de seu problema. Daqui a pouco, todos os nossos candidatos à Presidência da República vão ter um problema de saúde. Isto foi falado pelo Governador Serra. Às 15 horas, aconteceria sua palestra, mas, às 12 horas, ele disse que não poderia ir em razão de uma tendinite. O mais incrível foi que, na mesma hora, chegava um representante dele justificando sua ausência. Acho que foi uma falta de respeito a uma entidade que congrega 1.053 Deputados em todo o Brasil. Foi uma falta de respeito aos mais de 600 Deputados presentes, que estavam discutindo, com seriedade, a saúde neste país, o que o legislador estadual poderia fazer. As pessoas seriam muito gratas à fala do Sr. Ministro, do Sr. Governador de São Paulo. O Sr. Serra, como ex-Ministro da Saúde, como homem que entende da saúde, estava com a saúde abalada. Fica aqui o protesto deste Deputado, como membro daquela entidade, como um Deputado atuante que esperava a fala do Sr. Serra. Tenho certeza de que isso foi muito feio. Ele poderia ter avisado com maior antecedência, não precisava ter levantado a expectativa que levantou, não só para os Deputados mas também para os funcionários dos Legislativos que ali estavam. Havia mais de 2 mil participantes de todas as localidades do Brasil. Foi um sucesso o evento. Fica o nosso protesto pela falta de atenção do Sr. Governador Serra. Se não quisesse falar em público, se não quisesse mostrar um pouco do seu conhecimento, da sua experiência, que falasse imediatamente. Gostaria de registrar a presença do Governador Requião, grande palestrante; do ex-Deputado Estadual e Governador de Tocantins, Dr. Marcelo; e do Pessuti, Vice-Governador. Parabênz a todos que ali estiveram para abrilhantar o XIII Congresso da nossa entidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica o protesto. Espero que o Governador Serra, da próxima vez que aceitar um convite, vá. Não pode deixar um plateia tão significativa à espera, na expectativa de ouvir suas palavras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.858/2008 e 3.188/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 3, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; renovação da votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; renovação da votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009; discurso do Deputado André Quintão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pínduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, pois não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.723/2007 e 2.177/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado, que autoriza a desafetação de parte da área da Reserva Biológica Serra Azul, criada pelo Decreto nº 39.950, de 10/10/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 33 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito. No entanto, com a entrada de outros Deputados no Plenário, vai renovar a votação. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 37 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questão de Ordem

O Deputado José Henrique - Sr. Presidente, foi computado o voto do Deputado Padre João?

O Sr. Presidente - Sim, foi computado o voto do Deputado Padre João.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência vai renovar a votação do projeto, salvo emendas. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados; houve 1 voto em branco, totalizando 39 votos. Está aprovado, em 1º turno, o projeto, salvo

emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.858/2008 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Meio Ambiente.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, esse projeto altera algumas condições de garantia da operação de crédito que permite a captação de R\$135.000.000,00, para serem investidos em obras do Processo e de pavimentação asfáltica em Municípios que ainda não têm essa ligação feita e integrantes do programa estruturador Processo, principalmente direcionado para os Municípios do Vale do Rio Doce.

Sabemos da necessidade da logística e das rodovias para o desenvolvimento econômico de uma região tão importante como o Vale do Rio Doce. Nesse sentido, quero deixar claro que a Oposição na Assembleia, o Bloco PT-PCdoB, votará favoravelmente. A Oposição daqui, de Minas Gerais, é diferente da Oposição em Brasília, onde querem prejudicar o trabalho do PAC, paralisar o trabalho da Petrobras com uma CPI sem objeto determinado. Aqui, em Minas, a Oposição é diferente da oposição que é feita ao governo Lula. No governo Lula, a Oposição é daquela lógica segundo a qual "quanto pior, melhor". A Petrobras está prestes a desenvolver a exploração do pré-sal, descobrindo novas jazidas minerais no Acre. Aqui em Minas Gerais, o gás natural. Em Brasília, a Oposição quer atrapalhar o trabalho da Petrobras. Em Minas Gerais, sem a Oposição, não aprovaríamos, na semana passada, o empréstimo de US\$260.000.000,00 - cerca de R\$520.000.000.000,00 - para o governo do Estado aplicar na melhoria das estradas e nas obras do Processo para todos os Municípios de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, o PT-PCdoB e o PMDB têm responsabilidade com os encaminhamentos do governo estadual, principalmente aqueles que são positivos para a população. Em nome da defesa do Vale do Rio Doce, o Bloco PT-PCdoB votará favoravelmente a esse projeto.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Houve 2 votos em branco, totalizando 40 votos. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.188/2009 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declarações de Voto

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Embora sabendo do incômodo que poderia causar a solicitação de verificação de votação, fiz questão de fazê-la, considerando a importância do empréstimo para atender a um projeto estruturador do governo. Cabe, neste momento, registrar o nome de todos os Deputados que disseram "sim" ao projeto. Isso é importante. Esperamos que o asfaltamento das conexões principais do Estado possa facilitar o acesso a inúmeros Municípios. Esse é o nosso desejo. No entanto, chamo a atenção para o fato de que temos dito "sim" a um projeto que libera recursos para a implementação do Processo não implica deixarmos de cobrar do governo a rigorosa prestação de contas e a aplicação correta desses recursos. Queremos que o projeto se concretize de tal forma que as vias mineiras sejam seguras, bem sinalizadas, com acostamentos e vias de escape, de modo que, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, elas possam se constituir em vias de progresso e de desenvolvimento, e não mais permanecer como espaço para acidentes e mortes, que são absolutamente evitáveis. Queremos que o Processo seja garantido dentro dos critérios mais corretos, precisos e modernos, para que nossas vias sejam seguras e, em vez de sofrimento, tragam desenvolvimento para o povo de Minas Gerais. Aprovando o investimento do governo, estamos dizendo que também acompanharemos, de perto, a execução correta das obras.

O Deputado Vanderlei Miranda - Assim como o PT e o PCdoB, o PMDB tem-se mostrado presente nos momentos mais importantes de votação nesta Casa. O projeto em questão, como disseram os colegas que me antecederam, é importante, porque beneficia a população do nosso Estado, mas faz-se necessário destacar que a presença do PMDB nesta manhã, ao lado do PT e do PCdoB, foi, sem dúvida, decisiva para sua aprovação. Meu partido, aliás, sempre demonstra boa vontade para aprovar os projetos dos Deputados da Casa e os do Executivo que aqui chegam. Para o PMDB, todos devem ser votados com o mesmo empenho, e devem ser chamados à responsabilidade os companheiros, Deputados e Deputadas desta Casa. Encerro, Sr. Presidente, destacando, mais uma vez, que o PMDB se fez presente no Plenário nesta manhã e que isso foi decisivo para a aprovação do projeto. Que minha fala seja registrada. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, este Deputado e a bancada PT-PCdoB votamos favoravelmente ao empréstimo para a execução das obras do Processo no Vale do Rio Doce. Na semana passada, votamos também a favor do empréstimo de US\$250.000.000,00. Considero importante reafirmar que a nossa bancada está tendo a compreensão de votar favoravelmente ao que é necessário para o povo de Minas Gerais. Quero chamar atenção, especialmente dos nossos Prefeitos e das nossas Prefeitas e da população do interior, para o fato de que essas estradas, o Processo, são uma demanda, um pleito, uma necessidade das nossas cidades do interior. E esta Casa Legislativa e nós, Deputados e Deputadas, estamos cumprindo o nosso papel. Primeiramente, ouvimos os Prefeitos e a comunidade, apresentamos o pleito das obras de asfaltamento e votamos favoravelmente ao empréstimo. Se fizermos a conta, perceberemos que já são quase US\$400.000.000,00, o que corresponde a quase R\$800.000.000,00 já liberados para a execução das obras. É importante salientar que há uma certa morosidade na execução dessas obras. Há dois anos, a Comissão de Transporte desta Casa realizou uma audiência pública no nosso Município de Virgolândia, onde a obra de asfaltamento de Virgolândia e Coroaci até Governador Valadares foi aprovada. De acordo com o cronograma original do DER, essa obra estaria concluída no final do ano passado, mas vieram as chuvas, uma nova licitação e só agora eles a estão retomando, mas ninguém sabe quando ela acabará. A lentidão é muito grande. Parece que, quando os Municípios são menores e bem interioranos, o governo do Estado não dá a devida atenção, não tem a devida destreza, presteza e agilidade para conclusão das obras. Somente agora as obras estão continuando por lá, mas a passo de tartaruga. Da mesma forma, Sr. Presidente, nessa mesma audiência pública, determinou-se o asfaltamento da estrada que liga o entroncamento de Virgolândia a Peçanha. Trata-se de importante estrada. Lá há uma grande plantação de eucalipto, por onde passam muitos caminhões. Quando chove, aqueles caminhões bitrem e tritrem arrancam e destroem toda a estrada. A cidade de Peçanha é a comarca da região. Para registrar um divórcio ou uma separação, solicitar uma pensão alimentícia, impetrar um "habeas Corpus" ou um mandado de segurança, para tudo dependem de Peçanha. São quase 50km de terra, barro e poeira. Também foi acertado que essa estrada seria asfaltada, mas, até hoje, as obras nem sequer começaram. Nem começaram as medições da estrada. Aliás, minto, medem a estrada sempre, mas não começam a obra. Sr. Presidente, é importante salientarmos que o dinheiro está aí, que os Deputados estão fazendo sua parte, que estamos ajudando o governo, que estamos votando favoravelmente aos projetos e colocando

dinheiro no caixa do governo. Nesse momento de crise no País, é fundamental que aconteçam obras, porque serão elas que salvarão a economia mineira e a brasileira, gerando emprego e renda. Agora, precisamos de mais destreza e mais agilidade. A mesma agilidade que há na obra do Centro Administrativo, esse suntuoso palácio que está sendo construído para a nova sede do governo do Estado, no vetor norte de Belo Horizonte. Essa obra está de vento em popa, com grande velocidade, com a mesma velocidade com que construíram a Linha Verde. Com menos de dois anos, eles entregaram a Linha Verde, que é o filé-mignon da Capital. Portanto, eles deveriam ter a mesma destreza e agilidade para fazer as nossas estradinhas do interior - de Virgolândia, de Peçanha e de São José da Safira. É de velocidade, agilidade e competência que o povo de Minas precisa, porque dinheiro não está faltando, está em caixa, graças à política econômica do Presidente Lula.

O Deputado José Henrique - Sr. Presidente, votei favoravelmente o Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil, para a construção de rodovias, dentro do Processo, que foi lançado desde o início da sua gestão. Esse projeto foi aprovado nesta Casa e é grandioso. Confesso que não acreditava que o governo teria o empenho e as condições para dar prosseguimento a um projeto tão grandioso, que é asfaltar mais de 200 Municípios em Minas Gerais. São 200 Municípios maiores que muitos Estados do Brasil. Nesse final de semana estive no Vale do Rio Doce e vi várias obras sendo ou já concluídas. A felicidade e a economia para aqueles que são usuários dessas rodovias foram muito grandes.

O Deputado Carlin Moura falou sobre o palácio administrativo, que é outra obra grandiosa. Vejo essa obra como uma necessidade, porque o Centro Administrativo trará muita economia. São investimentos que irão centralizar toda a área administrativa do governo de Minas Gerais na região do antigo Jockey Club. É uma obra que tem um custo grande, mas que trará economia e criará para Belo Horizonte um centro cultural. A Praça da Liberdade, onde estão as secretarias e o Palácio da Liberdade, vai virar centro cultural. Belo Horizonte ganha um espaço muito grande e muito belo para a população encontrar programas culturais no projeto arquitetônico que já existe. O nosso Governador tem uma visão de estadista. A obra do centro administrativo é grandiosa, mas não é faraônica. É uma obra necessária. O Governador está fazendo um belo governo. Vocês podem perceber que os grandes governantes deixaram grandes obras. Temos belas obras de 2000 anos atrás feitas por grandes governantes. E a nossa obra não é apenas bela, é grandiosa por ser um centro administrativo que atenderá todo o Estado. Voltando ao projeto do Processo, precisamos lhe dar continuidade para asfaltarmos todas as rodovias. Já estamos sonhando com as ligações de outros Municípios, que não estão dentro da área do Processo, mas que vão melhorar o escoamento da produção agrícola e o transporte de toda a população de Minas Gerais. Quero parabenizar esta Casa por aprovar este projeto de tão grande importância para nós, mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, estamos aprovando um projeto que representa a evolução de Minas Gerais. Minas está crescendo, é muito diferente de sete anos atrás, quando o Governador Itamar Franco deixava um governo desastroso. Nós, aqui da Assembleia, tivemos a oportunidade de ver um ex-governador que só sabia brigar com o Presidente da República. Itamar passou quatro anos falando mal, brigando com o Presidente da República. Porém, na hora de ir embora, disse que ele era muito bom, morreu de amores pelo Fernando Henrique. Depois, vimos uma política diferente. Uma política, acima de tudo, de compromisso com o povo de Minas Gerais, com o Estado. O Governador Aécio Neves chegou, trabalha com o governo federal e faz por onde. Quando apoiamos o pedido de empréstimo, há Deputados que criticam, dizendo que depois terá que ser pago. Tenho certeza de que Minas vai conseguir pagar com a própria economia e o ganho decorrente da produção. O Deputado Carlin Moura fala da agilidade do Centro Administrativo. Tenho orgulho de integrar e apoiar um governo que constrói um Centro como aquele, pois trará grande economia. O governo deixará de pagar aluguéis e sobrarão recursos para pagar o empréstimo relativo ao asfalto. Acima de tudo, criará facilidades para o funcionalismo público quando quiser fazer uma greve. A greve será agilizada por telefone: "Vamos fazer uma manifestação no estacionamento B". Então, todos os funcionários se deslocarão até o local, e o Estado irá parar. Criará facilidades para todo mundo; para o funcionalismo público fazer greve, para o governo de Minas agir de forma mais rápida, para o Prefeito que, ao chegar em Belo Horizonte, tem que correr ao centro da cidade, para depois sair para outro canto. Enfim, serão criadas facilidades para todos e será criada a possibilidade de economizar. O Carlin critica o Centro Administrativo e a Linha Verde. A Linha Verde reativou o Aeroporto de Confins, o que ninguém acreditava ser possível. Fiz parte disso. Presidi todas as Comissões em que se transferiram os vôos da Pampulha para Confins. Estou orgulhoso de estar aqui hoje, sabendo que o governo de Minas terá condições de pagar o empréstimo com mais produção e com o Processo. Santo Antônio do Itambé espera, de braços abertos, a ligação por asfalto. Eu não me importo porque Santo Antônio do Itambé é um lugar gostoso. Até o Serro temos asfalto. Depois, até chegar em Santo Antônio, temos estrada de chão. O turismo, queiram ou não, gosta disso, mas a população não aguenta esperar mais. Exatamente por isso, antes de falar em Processo, já brigávamos por asfalto para a cidade de Santo Antônio do Itambé. Aproveitamos para convidar todos para a nossa festa. O Prefeito não vai ajudar, mas vamos fazer a festa este ano de qualquer jeito. Deixo um apelo à Prefeitura de Belo Horizonte, que adora multar todos os donos de lotes que estão sem passeio. Na região da Pampulha, a Prefeitura saiu multando todo mundo. Conversamos com a administradora da região, que faz parte de Contagem, para sabermos por que o zoológico ainda não tem passeio e está com o muro caído, desleixado. Soubemos que os trabalhos foram solicitados por Contagem e que a Prefeitura de Belo Horizonte, responsável pelo zoológico, até hoje não fez nada. Temos um zoológico que abrange toda a região da Pampulha, em Belo Horizonte, sem passeio e com o muro caído. Deixo um apelo deste Deputado e, tenho certeza, dos companheiros da Rádio Itatiaia e da TV Bandeirantes. Se não deu resultado até agora apenas falar aqui, apenas solicitar providências, temos que informar a imprensa sobre isso. Hoje, passei a informação para o companheiro Eduardo Costa e vou passar para o Sapia, da Bandeirantes. Então, dará resultado, Sr. Presidente. O zoológico de Belo Horizonte tem uma grande extensão de muros caídos e está sem passeio, prejudicando a população dessa região da cidade.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, em primeiro lugar, alerto o nosso amigo, Deputado Alencar da Silveira Jr.: o ex-Governador Itamar foi uma figura importante para o Governador Aécio Neves fazer um bom governo, apesar de alguns equívocos, incluindo a construção do Centro Administrativo. O Governador Itamar Franco brigava com o Presidente Fernando Henrique para defender Minas Gerais. Talvez tenha sido o único estadista que movimentou as forças policiais para impedir que o PSDB entregasse Furnas. Eles já a haviam entregue, abaixaram a água de Furnas para vender esse patrimônio do povo brasileiro. Naquela época, Itamar empreendeu um movimento fantástico, foi muito criticado, mas defendeu os interesses de Minas. Também foi o Governador Itamar Franco que tomou a Cemig de volta, após ter sido vendida pelo PSDB, partido do atual Governador. Itamar Franco enfrentou as adversidades com a ajuda desta Casa e apurou as falcatruas que ocorreram naquela transação. Aliás, denunciámos isso relativamente a esses empréstimos. Quando o governo oferece ações da Cemig para garantir empréstimos, ocorre venda antecipada. Fizemos a mesma denúncia quando o Governador Hélio Garcia lançou o eurobônus e deu as ações da Cemig como garantia. Depois, essas ações foram parar na mão do Banco Opportunity, que assumiu o controle da Cemig. Foi o Governador Itamar Franco, Deputado Alencar da Silveira Jr., que propiciou ao Governador Aécio Neves fazer reforma administrativa, inclusive com a minha ajuda. Ideologicamente, era contrário a lei delegada. Aprovamos a lei delegada no governo do Itamar Franco para que o Aécio pudesse realizar a reforma administrativa. Assim, Aécio pôde fazer uma boa administração. Itamar foi massacrado pelo PSDB, pelo Presidente Fernando Henrique. Por isso, Minas não vota em Fernando Henrique. Mas temos de lembrar o que Itamar fez para Minas Gerais. Em sua gestão houve vários problemas administrativos, que questionamos aqui por várias vezes. Fizemos o Governador Itamar Franco retirar de tramitação vários projetos enviados para esta Casa. Um deles criava taxas na área da saúde. Bati duro contra esse projeto na Comissão de Justiça, levantamos a questão e a levamos ao Governador. Até hoje, Sr. Presidente, ninguém sabe quem enviou esse projeto a esta Casa. Parece que era um golpe que queriam aplicar contra o governo Itamar Franco. Os empréstimos são corretos, mas dar ações da Cemig como garantia está cheirando a alguma coisa equivocada, porque já conhecemos essa história, já participamos dela. Trata-se de uma venda antecipada das ações da Cemig, que hoje é o melhor investimento do mundo, porque a Cemig só dá lucros: não realiza investimentos, fornece a pior energia do Brasil e a mais cara do mundo. As ações da Cemig são altamente valorizadas. Hoje a Cemig trabalha em função do investidor, e não do consumidor, não é Deputado Weliton Prado, especialista em Cemig? É a isso que estamos assistindo, e calados. Sr. Presidente, há bairros em Pará de Minas em que a pessoa não consegue abrir portão eletrônico, porque a energia elétrica não é suficiente: só chega a 80V, em vez de pelo menos 120V. Gastam dinheiro hoje com a Cemig, em propaganda, para dizer que é a melhor energia do Brasil. Pode ser uma boa empresa, uma empresa nossa, de Minas, apesar de já haver sido vendida e de ter seu patrimônio sucateado. Foi vendida por causa da desverticalização, e essa participação da Cemig em qualquer tipo de empresa é uma forma de descapitalizar o seu patrimônio, que hoje é só o nome. Se analisarmos seu patrimônio, veremos que já está todo privatizado, na mão de terceiros. Sr. Presidente, aprovamos essa emenda, mas fiz questão de levantar isso na Comissão. O que me preocupa é o governo dar ações da Cemig como garantia por esses empréstimos. Isso está cheirando a venda de ações da Cemig sem passagem pela Bolsa de Valores e sem estabelecimento de preço definido na época da venda. Levantei isso quando o Hélio

Garcia lançou o eurobônus; é o que estamos vendo aqui. Vamos aprovar o projeto, porque acho que o grande projeto do governo é o Processo, que precisa ser concluído, até para que se siga o exemplo de Tancredo Neves. Quando candidato a governador de Minas, ele disse uma coisa que nunca mais esqueci: não haverá desenvolvimento se não houver chão preto. Isso o Aécio Neves está fazendo benfeito. O desenvolvimento e a integração de Minas serão realizados por meio do asfalto, por isso há o empréstimo. Agora, continuo duvidando das garantias.

O Deputado Weliton Prado - Sempre falo aqui e vou continuar repetindo, porque vemos a realidade nas ruas, ao entrarmos em contato com o povo. A energia elétrica e a água, para o povo, são como o arroz e o feijão. Infelizmente, esses bens essenciais vêm sendo tratados como mera mercadoria neste governo. A Cemig é um bom exemplo disso. Há pouco, conversava com um segurança da Casa, que faz questão de pagar suas contas em dia, mediante débito automático. Todo mês, paga a conta de luz mediante débito automático. Ontem, foi surpreendido em sua residência, quando um trabalhador terceirizado - porque a Cemig está terceirizando seu serviço - foi cortar sua conta. Mostrou que sua conta havia sido paga mediante débito automático. O trabalhador disse que havia ficado pendente uma conta de um mês específico, que devia ter havido erro no banco. Não há conversa. Foi lá e cortou a luz mesmo, deixando o cidadão sem energia. O que ele teve de fazer? Teve de resolver o problema no banco e solicitar a religação. Sabe quanto custa solicitar a religação? R\$22,00. A Cemig lucra milhões e milhões por mês com as ligações de emergência, e parte vai para as empresas terceirizadas. Acredito que haja uma cota mínima de cortes que a Cemig tem de fazer para atingir tantos milhões de reais. E ainda queriam inscrever no SPC e no Serasa o nome do cidadão que estivesse devendo, o qual já é penalizado com a conta de água e com a conta de luz. No ano passado, conseguimos uma redução histórica - 17% -, pela primeira vez na história da Cemig. Este ano, a Cemig queria 32% de aumento. Fomos só eu e o Deputado Federal Elismar Prado à Aneel, enfrentar um batalhão de advogados da Cemig. Só nós dois, enfrentando um batalhão de advogados da Cemig, conseguimos provar vários pontos da planilha de custo, e o reajuste ficou em torno de 4%, abaixo da inflação, pois a Cemig queria 32%. O mesmo ocorreu em relação à água. Conseguimos impedir o aumento da água através da representação a que demos entrada no Ministério Público, de quase 10%, a partir do mês de março. Conseguimos barrar esse reajuste na Justiça. A Copasa tentou fazer reverter o processo, perdeu uma liminar aqui no Tribunal, perdeu no STJ e tenta, de todas as formas, aumentar o valor da conta de água, alegando que a empresa quebrará. Qual não foi nossa surpresa quando fechou o trimestre com lucro de R\$133.000.000,00, 52% a mais? Como, então, incluiu no processo que, se não houvesse aumento, não teria condição de atender o consumidor da mesma forma, porque teria muito prejuízo? Alguns meses depois, fecha o balancete - mesmo sem o aumento - com um faturamento de 52% a mais, R\$133.000.000,00. Realmente, a questão é muito séria. Continuaremos a resistir nesta Casa ao projeto que cria uma agência tarifária para homologar as decisões do governo de aumentar o valor da conta de água. Vamos resistir até o final. Vamos entrar na Justiça. A questão da licitação dos veículos da Cemig é outro ponto muito sério. Estão fazendo uma licitação para alugar mais de mil veículos por R\$147.000.000,00. Se comprassem esses mais de mil veículos, a Cemig gastaria no máximo R\$60.000.000,00. Comprar um veículo popular fica em torno de R\$30.000,00; alugar, em R\$130.000,00. É difícil até tentar entender. Para alugar o veículo, o preço é R\$130.000,00, mas comprar esse mesmo veículo fica em R\$30.000,00. Não tem lógica, não tem cabimento. Denunciamos. A Cemig prorrogou o processo licitatório. Colocamos 716 pontos, exigências que as empresas teriam de cumprir, o que era praticamente impossível cumprir no prazo. Prorrogou-se o prazo. As exigências eram exageradas. Esperamos que a Cemig cancele esse processo licitatório. Já estamos preparando uma ação na Justiça, no Ministério Público, porque o consumidor, a população de Minas, terá um prejuízo de R\$90.000.000,00. Por que, em vez de alugar esses veículos por R\$147.000.000,00, a Cemig não os compra por R\$50.000.000,00? E, ainda, passados três anos, poderá vendê-los e aumentar o seu patrimônio, comprando outros veículos novos. Portanto, fica aqui a nossa indignação, dizendo que nossa luta, em defesa do povo e do consumidor, continuará, com muita firmeza nesta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Já fizemos uma discussão na declaração de voto, e, depois, o Deputado Antônio Júlio falou sobre o Itamar. Não discuto o valor do Itamar, como estadista, em sua defesa do patrimônio do País. Mas, administrativamente, ele deixou muito a desejar. Esta Casa mesmo repassou R\$52.000.000,00 para os cofres do Estado durante dois anos, porque o Estado estava perrengue. Por que, logo após a saída de Itamar Franco, ele só falava bem de Fernando Henrique? Dizia que Fernando Henrique foi seu amigo, etc. Não dá para entender. Administrativamente, o Estado parou. Ou estou falando besteira? Chamem o Deputado Sávio Souza Cruz, que foi Líder do governo, para falar. É ruim nos lembrarmos disso na ausência do Deputado Sávio. Mas, administrativamente, foi um período horrível. Perguntem ao povo mineiro. Itamar, com suas picuinhas, um dia estava bem, outro, mal. Itamar foi uma negação administrativamente. O Estado parou por quatro anos, foi nacionalmente criticado. Itamar foi um grande homem na defesa de Furnas, também atuou bem em relação à Cemig. Ninguém tem dúvida disso. Mas, administrativamente, foi um fracasso, ou algum Deputado pode falar o contrário? Defendeu o nosso patrimônio como eu o faço, hoje, desde a descoberta do pré-sal. Temos uma linha energética grandiosa e devemos fazer um movimento junto a todas as Assembleias, porque não podemos deixar a Petrobras, o capital externo tomar nossa riqueza natural. Não adianta dizer que só serão beneficiadas as cidades que se encontram à beira-mar. Temos de nos lembrar de todos os Municípios do Brasil. Temos de criar uma companhia, uma empresa, para defender o pré-sal, que será a maior fonte energética de petróleo e gás natural do mundo. Na próxima semana, ou nos próximos 10 dias, apresentarei um estudo, sobre o qual falamos no último congresso, para fazermos um movimento nacional, no qual Santo Antônio do Itambé, Serro, Serra Azul, Alvorada terão condições de receber um percentual dessa riqueza natural, que será explorada no País. Não adianta a riqueza ficar só em Campos, no Rio, às margens do mar. Terá de ser distribuída para todas as cidades, porque, somente com uma autêntica distribuição de renda, o País crescerá. Se há uma fonte energética, que beneficiará o mundo, por que não dividir o benefício com todo o Brasil? O Brasil tem um pulmão, que é o Amazonas, de que só nós temos de cuidar. Está na hora de o Brasil dizer que temos o pulmão do mundo e que o mundo inteiro terá de pagar por isso. Dessa forma, daremos melhor condição de vida ao próprio povo do Amazonas. Por que temos de preservar para nossos filhos e netos uma reserva daquelas, se os filhos e netos do mundo inteiro dela se beneficiarão, mas só nós temos de arcar com o compromisso de cuidar? O mundo tem de cuidar da Amazônia. Estamos longe, estamos em Minas Gerais, mas temos de nos preocupar com a Amazônia, sim. O mundo inteiro - o Japão, a Coreia e os outros países - também tem de se preocupar com a Amazônia. Se o mundo estivesse pagando imposto, algum atrativo para a Amazônia, com certeza, ela estaria muito mais bem-preserveda e a população não estaria passando as dificuldades por que passa hoje. Sr. Presidente, vem aí uma nova campanha, uma nova fonte energética, o pré-sal. Quero deixar bem claro que o Sr. Itamar tem os seus valores, mas, administrativamente, foi um fracasso. Nós, desta Casa, temos de fazer por onde, para que essa nova renda e esse novo poder energético do Brasil beneficie todos os Municípios do País. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária também de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 9/6/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.089/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Divino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda. - Coopervás. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 38/2008, do Deputado Weliton Prado; Projetos de Lei nºs 3.077/2009, do Deputado Wander Borges; 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.323/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.338/2009, do Governador do Estado; 3.351 e 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.364/2009, do Deputado Tiago Ulisses; 3.365/2009, do Deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.339/2009, do Governador do Estado; 3.349/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.350/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.358 e 3.360/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.388/2009, do Deputado Antônio Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.196/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.879 e 3.926/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.931/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 3.960 a 3.962/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 9/6/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.285/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 9/6/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo à sua incorporadora, Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda - Coopervás -, 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências, 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96, 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé os imóveis que especifica, 3.089/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Divino o imóvel que especifica, 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arantina o imóvel que especifica, e 3.248/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lavras o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de junho de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.311/2009

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Doutor Rinaldo, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Movimento Unificado Negro de Divinópolis - Mundi -, com sede nesse Município.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.311/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública o Movimento Unificado Negro de Divinópolis, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem por objetivo principal manter viva a memória cultural e religiosa afro-brasileira, visando à valorização da raça negra.

Os principais objetivos do Mundi, além do mencionado, são o desenvolvimento de programas de qualificação profissional e inclusão da pessoa negra no mercado de trabalho; promoção da assistência social às minorias e excluídos; fomento de ações que contribuam para o desenvolvimento econômico e combate à pobreza; promoção e defesa da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, bem como da conservação do patrimônio histórico e artístico.

Por fortalecer o processo de participação concreta daquela comunidade na consolidação da cidadania, ele torna-se merecedor do pretendido título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.311/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2009.

Vanderlei Miranda, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/6/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

nomeando Gisele Mezêncio Leal Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Rinaldo

exonerando Darlan Cristhian Silva Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Fernanda Mecchi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Geraldo Hélio Lara do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando José Luiz Silva do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando Ricardo Augusto de Resende Silva do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Ricardo Luiz Pereira da Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Claudia Aparecida Andrade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Geraldo Hélio Lara para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando João Donizete Chaves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Juarez de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Leni Ferreira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto de Resende Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Arlete Pereira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Fernando Augusto dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Arlete Pereira para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Rosângela Ferreira Saraiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 5/6/09, Suzana Lúcia Silva Belo do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Rômulo Marinho Carneiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Rosângela Ferreira Saraiva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando José Quirino de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Benício José de Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

1º Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º Conveniente: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação na cessão do sistema de banco de fotografias digitais e de soluções relativas ao gerenciamento eletrônico de documento e certificação digital. Vigência: 12 meses a partir de 28/5/2009.